

Dívida de estados pode elevar inflação

A crise enfrentada pelos governadores precisa ser solucionada urgentemente, alerta o ex-ministro Paulo Haddad

O ex-ministro da Fazenda Paulo Haddad afirmou na Escola Superior de Administração Fazendária, após ouvir palestras do presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo, e do secretário-adjunto do Tesouro Nacional, João do Carmo Oliveira, que “o Brasil corre o risco de ter a inflação federativa”.

Ele disse no segundo dia do Seminário Internacional sobre Finanças Públicas, que “os gastos da

União precisam diminuir, mas os das unidades da Federação (estados e municípios) necessitam de corte drástico para que as despesas superiores à arrecadação não se transformem em emissão de moeda e, conseqüentemente, na volta da inflação”.

Segundo dados do Tesouro e da Caixa, a dívida de todos os estados equivalia a 1% do PIB em 1965 e hoje é de 19% do PIB. Dos 22 estados cadastrados na CEF, 16 não

têm a menor condição para pagar novos empréstimos. A maioria dos estados consome 70% da arrecadação com o pagamento da folha salarial. E o pior: dez estados do país têm dívida pelo menos duas vezes superior à receita mensal.

Cutolo lembrou que o governo já está tomando essa iniciativa por meio de empréstimos da Caixa, já feitos a 22 estados para pagamento de folhas salariais atrasadas, instituição de programas de demissão voluntária de servidores e alongamento do prazo de pagamento de empréstimos bancários.

Em troca desses empréstimos, o governo está exigindo que os estados não gastem mais do que arrecadam e cumpram metas de re-

dução de despesas com servidores públicos e privatização de empresas.

Oliveira, entretanto, deixou claro que “o controle exercido atualmente é deficiente, pois falta ao governo uma boa coordenação entre os órgãos que têm poder para realizar essa tarefa”.

REAÇÃO

O diretor de Política Monetária do BC, Francisco Lopes, discordou ontem das previsões do economista Vito Tanzi, diretor de Política Fiscal do FMI, quanto ao perigo de um “crescimento explosivo” da dívida pública, que colocaria em risco o Plano Real, caso o governo não promova um controle rigoroso de

seus gastos. “A situação das contas públicas não é tão frágil quanto ele supõe”, disse Lopes.

Na segunda-feira, em palestra no seminário, Tanzi disse que a dívida poderá sair do controle se o governo federal não conseguir aumentar seu superávit primário (receitas menos despesas, sem contar gastos com juros) para o equivalente a 3% ou 4% do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo Lopes, esse cálculo não é correto. Munido de uma fórmula matemática que inclui variáveis como estoque da dívida, crescimento do PIB e taxa de juros, o diretor do BC sustentou que bastará ao governo obter superávit de 1,5% para que a dívida líquida fique estabilizada.